

A INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

THE INCLUSION OF CARRIERS OF SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN CHILDREN'S PHYSICAL EDUCATION: AN EXPERIENCE OF STAGE

MANOEL LEONILSON FERREIRA COSTA.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN/CAMEAM.

manoelleonilson13@outlook.com

RESUMO

Diante da demasiada demanda de alunos com deficiência nas escolas é necessário que o professor seja o máximo possível qualificado para atender a essas inúmeras especificidades e consiga incluir esses alunos na sua proposta pedagógica. Sendo assim, torna-se necessário refletirmos a sua prática docente para melhor entendermos essa situação em seu contexto e tentarmos aprender o máximo possível a como lidar com essas dificuldades. Pensando nisso, o presente trabalho trata-se de um estudo a partir de um relato de experiência da disciplina de estágio II, do curso de licenciatura em Educação Física pela UERN/CAMEAM, no qual, fazia-se presente um aluno portador de necessidades especiais. Visa, portanto, analisar essa prática realizada no estágio, tendo como foco discussões dos aspectos de inclusão do aluno com deficiência. É importante destacarmos que o estágio foi realizado na Escola Municipal Professora Nila Rego, situada na rua Raimundo Severiano do Rêgo, S/N – Princesinha do Oeste, Pau dos Ferros – Estado do Rio Grande do Norte. O mesmo foi implementado entre os dias 07/08/2017 a 09/10/17, com o total de 30 horas/aulas de intervenção. No decorrer do desenvolvimento são apresentados relatos das experiências propiciadas por esse estágio, discutindo situações e fatores relativos a inclusão, especialmente de uma aluna portadora de necessidades educacionais especiais, com base no referencial levantado. Podemos dizer que a prática apresentada no decorrer desse processo de estágio apresentou coerência em sua realização, ao considerarmos os critérios que os referenciais nos apontam e que devem ser seguidos para que haja maiores possibilidades da realização de uma prática pedagógica coerente, especialmente quando nos balizamos nos princípios de inclusão para portadores de necessidades educacionais especiais. Ao levar em conta esses princípios, acreditamos ter sido possível atender as dificuldades do aluno deficiente de forma satisfatória, sem deixar de lado as necessidades educacionais dos outros alunos.

Palavras chaves: Inclusão. Educação Física. Portadores de necessidades educacionais especiais.

ABSTRACT

Faced with too much demand for students with disabilities in schools, it is necessary that the teacher be as much as possible qualified to attend to these numerous specificities and be able to include these students in their pedagogical proposal. Therefore, it is necessary to reflect about your teaching practice to better understand this situation in its context and try to learn as much as possible how to deal with these difficulties. Thinking about this, the present work is a study based on an experience report of the discipline of stage II, of the undergraduate degree in Physical Education by UERN / CAMEAM, in which a student with special needs was present. It aims, therefore, to analyze this practice carried out in the stage, focusing on

discussions of the inclusion aspects of the disabled student. It is important to note that the internship was held at the Nila Rego Municipal School, located at Rua Raimundo Severiano do Rêgo, S/N - Princesinha do Oeste, Pau dos Ferros - State of Rio Grande do Norte. The same was implemented between 08/07/2017 to 10/09/17, with a total of 30 hours / intervention classes. During the course of development, we present reports about the experiences offered by this stage, discussing situations and factors related to inclusion, especially of a student with special educational needs, based on the referential raised. We can say that the practice presented in the course of this internship process was coherent in its accomplishment, when we consider the criteria that the references point to us and that must be followed in order to have greater possibilities of achieving a coherent pedagogical practice, especially when we principles of inclusion for those with special educational needs. In taking these principles into account, we believe that it has been possible to meet the difficulties of the disabled student satisfactorily, without neglecting the educational needs of other students.

Keywords: Inclusion. Physical education. Bearers of special educational needs.

INTRODUÇÃO.

À medida que começamos a vivenciar e atuar no ambiente escolar, seja através de projetos, programas ou estágios, percebemos o quanto é frequente a presença de crianças com algum tipo de deficiência no ambiente escolar. Muitas das vezes pensamos que essa é uma realidade a qual não se fará presente em nossas atuações docentes e, por isso, nos atentamos pouco a essa questão. Mas, mesmo com pouquíssima experiência na prática docente, é perceptível que, inevitavelmente, uma hora ou outra, iremos nos deparar com algum aluno com necessidades educacionais especial, o que exigirá uma ação diferenciada para que se consiga atender às suas necessidades, sem deixar de lado as dos outros alunos.

Atender essas especificidades dos alunos com deficiência é mais problemático se considerarmos o despreparo dos professores. É nítido que, na maioria das vezes, o professor não tem qualificação necessária para atender as necessidades do aluno com deficiência de forma eficiente e, conseqüentemente, terá dificuldades de estabelecer um elo de inclusão com os demais alunos. Entendemos que, muitas das vezes, a culpa não é do professor, mais sim do seu processo formativo, do seu currículo acadêmico que vivenciou, o qual nem sempre fornece com eficiência o preparo para atuar nessas situações. Diante desse quadro, o que presenciamos são inúmeros casos de exclusão, nos quais o aluno é apartado das atividades normais da sua sala.

Diante do aumento da demanda de alunos com deficiência nas escolas é necessário que o professor seja melhor qualificado para conseguir atender a essas inúmeras especificidades, incluindo esses alunos na sua proposta pedagógica.

Se as dificuldades para incluir esses alunos já são grandes, ao considerarmos a educação de forma geral, esse quadro é acentuado ao pensarmos nas especificidades da

Educação Física escolar, tendo em vista que esta disciplina possui a característica marcante de ser *do e para* o movimento. Sabemos que o aluno que possui deficiência física e/ou intelectual, dependendo de seu quadro, pode apresentar limitações motoras, que o dificultam ou impede a execução de determinados movimentos. Nesse ponto torna-se necessário que o profissional encontre soluções plausíveis para que esse aluno seja incluso nas atividades diárias da turma. Recai, portanto, sobre o professor de Educação Física uma grande responsabilidade, considerando que a especificidade da área pode ampliar as dificuldades de ação.

Pensando nesta e em todas as outras dificuldades que o professor de Educação Física enfrenta com os alunos portadores de necessidades especiais, além do fato que existe uma grande demanda nas escolas de alunos considerados deficientes, torna-se necessário refletir a cerca de sua prática docente. No entanto, mais do que isso, seria importante vivenciar essa ação e sentir na pele o que se manifesta no chão da escola. Planejar, agir, repensar sobre a ação para uma nova ação constituem-se como aprendizagens caras no processo de formação, em especial na aprendizagem de como lidar como o aluno com deficiência.

Partindo dessa perspectiva, realizamos esta investigação, a qual se trata de um estudo a partir de um relato de experiência da disciplina de Estágio II, do curso de licenciatura em Educação Física pela UERN/CAMEAM, no qual desenvolvemos uma ação pedagógica em que se fazia presente um aluno portador de necessidades especiais. Definimos como objetivo analisar essa ação docente realizada no estágio, tendo como foco discussões dos aspectos de inclusão do aluno com deficiência.

É importante destacarmos que o estágio foi realizado na Escola Municipal Professora Nila Rego, ela está situada na rua Raimundo Severiano do Rêgo, S/N – Princesinha do Oeste, Pau dos Ferros – Estado do Rio Grande do Norte. As aulas destinadas pelo estágio foram aplicadas a educandos com idade compreendida entre 4 a 5 anos de idade de ambos os sexos, referentes ao ensino infantil, em apenas uma sala de aula. Entre os alunos havia apenas uma aluna com necessidades educacionais especiais.

É sobre esse aluno com deficiência que as nossas discussões serão direcionadas, as quais terão como foco o processo de inclusão. Discutir tal tema é pertinente à medida que buscamos gerar mais inquietações, no sentido de provocar reflexões para identificar fragilidades e, a partir dessas, haver possibilidades de construir caminhos em direção a uma prática pedagógica mais inclusiva. Além de ser um crescimento pessoal, porque o conhecimento adquirido com a pesquisa gera uma melhor qualificação e preparação para a

futura atuação docente no sentido de lidar com alunos deficientes e, por consequência, ter melhor qualificação para conseguir inserir esse aluno na sociedade.

METODOLOGIA.

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência da disciplina de Estágio Supervisionado II, do curso de licenciatura em Educação Física pela UERN/CAMEAM, espaço em que se fazia presente um aluno portador de necessidades especiais. Este será chamado de Carol, nome fictício que garantirá a preservação de sua identidade. Este estágio foi realizado entre os dias 07/08/2017 a 09/10/17, o qual contabilizou uma carga horária total de 30 horas/aulas de intervenção.

Para o melhor embasamento no tema proposto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, a qual se caracteriza, segundo Gerhardt e Silveira (2009), como sendo aquela que não se preocupa com representações numéricas, ou seja, que não podem ser quantificadas, centrando-se na compreensão e análise do referencial.

Para a melhor análise e discussão dos pontos apresentados foi necessário um levantamento bibliográfico, aquele em que é feito “com base em um material já elaborado, tais como artigos, revistas e periódicos” (GIL, 2002, p. 44).

A partir desse levantamento, construímos um referencial para embasar nossas reflexões, do qual podemos destacar Amorim (2016), Frias e Menezes (2008/2009) e os Parâmetros curriculares Nacionais (1998).

TRILHANDO E APRENDENDO NO CHÃO DA ESCOLA: UM OLHAR PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

O primeiro passo dessa jornada foi pensar quais caminhos seguir e o que seria necessário levar, portanto, a elaboração de estratégias de ação tornava-se primordial. Dada essa relevância, elaboramos um plano de ação para a realização do estágio curricular II, destinado ao ensino infantil. O mesmo foi desenvolvido pensando em tentar contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, ou seja, com o objetivo de melhorar os aspectos físicos, intelectuais, sociais e psicológicos do educando. Desta forma, os planos de aulas e, portanto, as atividades programadas foram germinadas desse plano e desenvolvidas pensando em atender esses aspectos, garantindo as necessidades formativas de todos os alunos, independente das características que dispunham.

Mais especificamente, através dos jogos, tentamos, nesse estágio, contribuir para que se desenvolva a coordenação motora fina através da manipulação de objetos, melhorar o

desempenho na execução de atividades que requeiram força, resistência, flexibilidade, agilidade e velocidade, contribuir para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, tais como a percepção, raciocínio lógico, atenção, percepção espaço temporal, tempo de reação e tomada de decisão, além de aprimorar os movimentos fundamentais de correr, saltar, girar, pular, rolar, equilibrar-se. Há de se destacar que no desenvolver dessas atividades, eram enfatizadas questões relativas a cooperação, ao respeito às necessidades e diferenças, fortalecendo ainda o sentimento de ser capaz.

Mesmo considerando a presença de um aluno com deficiência, não entendemos como necessárias a realização de mudanças no planejamento, nos objetivos e/ou no cronograma para atender as suas necessidades, a fim de incluí-lo nas atividades, embora não queremos dizer, com isso, que não houvesse nem que não foram feitas adaptações nas atividades. Essas se fizeram presentes sempre que a necessidade exigiu. Optamos por não mudar o planejamento em virtude de termos convicção de que incluir é tratar a todos de igual maneira, considerando as especificidades de cada um da atividade proposta. As mudanças fizeram-se na sua implementação, visto que partimos do respeito as possibilidades de cada aluno, tendo ou não deficiência. Não é necessário promover toda uma mudança de planejamento e atividades pensadas por conta da presença de um deficiente, a não ser que a limitação exija, conforme a proposta do Projeto Escola viva (BRASIL, 2000). O que se espera do comportamento de um professor é que a atividade proposta seja flexibilizada para atender determinadas circunstâncias, assim como bem nos orienta os PCN's;

Garantidas as condições de segurança, o professor deve fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Esse aluno poderá participar dos jogos ou danças, por exemplo, criando-se um papel específico para sua atuação, onde cada limitação gerará um nível de solução, pois o desenvolvimento da percepção das possibilidades permite a sua conseqüente potencializarão. O professor deve ser flexível, fazendo as adequações necessárias no plano gestual, nas regras das atividades, na utilização de materiais e do espaço para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como no grupo, todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão. (BRASIL, 1998, p. 57).

Conforme pontuado, as adequações materializaram-se no fazer das atividades, estas foram flexibilizadas conforme o seu desenvolvimento e as dificuldades que apareciam. Foi nesta perspectiva que foi desenvolvido nosso estágio. Realizávamos todos os jogos e de acordo com o necessário, especialmente em relação a Carol, adaptávamos ou modificávamos determinada característica de uma atividades e situações para atender às suas especificidades.

Desta forma, cada dificuldade que emergia era pensada e soluções eram promovidas a fim de garantir uma satisfatória participação.

Flexibilizar uma atividade pode se tornar difícil se não conhecermos a particularidade da deficiência. Em se tratando da paralisia cerebral (PC), esta apresenta vários níveis e devemos estar atentos a esse aspecto, visto que cada nível pode implicar formas diferentes de atuação. E foi isso que fizemos inicialmente. Tomamos ciência da especificidade de Carol e constatamos que não apresenta incapacidade para realizar as tarefas programadas. O professor tem que ter consciência do quadro do aluno com deficiência, seguindo assim as orientações dos PCN's (BRASIL, 1998), o qual estimula que o professor faça uma análise da necessidade do aluno para conhecer os seus limites e planejar as suas aulas para que sejam executadas com segurança.

Sabemos que “deficiência se refere a qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, podendo resultar numa limitação ou incapacidade no desempenho normal de uma determinada atividade” (MASI, 2002). Carol possui apenas uma limitação cognitiva e motora e não uma incapacidade, portanto, mesmo com as dificuldades, ela é capaz de realizar o que foi inicialmente programado.

Carol foi diagnosticada com uma leve paralisia cerebral, que afeta a sua capacidade de raciocínio e a sua coordenação motora. A PC “Designa um grupo de afecções do SNC da infância que não têm caráter progressivo e que apresenta clinicamente distúrbios da motricidade, isto é, alterações do movimento, da postura, do equilíbrio, da coordenação com presença variável de movimentos involuntários” (LEITE e PRADO, 2004, p.41). A PC pode afetar também a capacidade de raciocínio, algo que acontece com Carol, além de ter a coordenação motora afetada, especialmente em um lado do corpo, mais nada que a impossibilite de realizar atividades diversas.

A limitação de Carol permitiu que fossem realizadas atividades bem diversificadas, as quais permitiam a satisfatória participação de todos e sua integração com os demais.

Na docência supervisionada realizamos com os alunos alguns jogos populares, entre eles estavam a amarelinha, a cabra cega, batata quente e o passa anel. Foram atividades de grande aceitação dos alunos e com Carol não foi diferente. Ela participou como todas as outras crianças. Na amarelinha, todos apresentaram interesse em participar, mais nem todos conseguiram realizar os movimentos da forma que eram orientados, ou seja, tinham as suas dificuldades mesmo não tendo nenhuma deficiência e, portanto, necessitaram de uma orientação mais pontual, assim como no caso de Carol, que precisou ser orientada na forma correta de fazer os movimentos. Isso não fez com que o tratamento com ela fosse algo

diferente dos outros, já que cada um apresentou suas dificuldades. Não devemos tratar umas como diferentes, mas iguais nas diferenças. Quando o respeito às diferenças é trabalhado, o processo de inclusão finca suas bases. Temos que respeitar a diversidade porque;

A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, esta sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado e ‘justificado’ na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem (FRIAS e MENEZES, 2009, p.11).

Se a diversidade não for respeitada estar-se-á se concretizando uma prática excludente, respeitando-se somente aqueles considerados normais. É preciso possibilitar diferentes presenças de forma harmoniosa.

Noutra ocasião, realizamos a atividade da cabra cega. Nela, todos em algum momento possuíam de “certa forma uma deficiência”, já que em algum período da atividade, eles deveriam estar com os olhos vendados para conseguir capturar o seu colega. Tal estratégia coloca os alunos em situação mais igualitária, em se tratando da dificuldade na execução da atividade. Desta forma, Carol seria só mais uma aluna em “igual” situação com as demais. Ela apresentou dificuldades, assim como todas as outras tiveram ao tentar deslocar-se pelo espaço determinado. Temos que proporcionar uma educação para todos, como fator principal de inclusão, assim como destacaram Frias e Menezes (2009, p. 11), em uma espécie de movimento de inclusão, que “traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional”. Devemos então, enquanto professores competentes, respeitar os direitos constitucionais de forma a promover práticas educativas, no nosso caso específico na Educação Física, que integre a todos e de igual maneira, adequando-se às necessidades do aluno.

Carol sempre se mostrou participativa. Nunca se negou a fazer qualquer atividade, no entanto, sempre pensávamos nela ao propor qualquer prática. Mesmo assim, ao mesmo tempo, pensávamos nos demais, pois não devemos deixar toda uma turma de lado para atender somente a um aluno e vice-versa. Cabia a nós planejar e executar pensando em alcançar os objetivos pretendidos para cada aula, mas, paralelamente, tentar possibilitar uma vivência exitosa que garantisse a participação de todos.

A adaptação nas atividades se fez presente em diversos momentos, as quais eram realizadas para atender algumas especificidades do aluno. A título de ilustração, trabalhamos com o pular corda, no entanto, muitos não possuíam uma capacidade satisfatória tomada de decisão e desenvoltura para realizar os saltos no tempo certo, o que os fez não conseguir realizar a atividade. Em virtude dessa dificuldade, a adaptamos, sendo necessário apenas pular por cima da corda. A adesão foi, de início, lenta, mas à medida que uns viam outros saltarem e se divertirem, ao mesmo tempo que se superavam em seus próprios saltos, despertou o interesse de todos, os quais logo estavam inclusos. Ainda há de se destacar que a modificação propiciada, garantia o princípio da individualidade, de modo que não era uma altura fixa para todos. A altura da corda era modificada de acordo com a capacidade de cada um. Vale constar que Carol tinha um salto muito pequeno, quase que se encostando ao chão, mas, mesmo assim, realizou a atividade junto com os outros e, de pulo em pulo, notávamos que ela ficava mais à vontade e, aos poucos ia melhorando o seu salto. A estratégia metodológica que se usa é fator determinante para o sucesso ou fracasso de uma atividade. Usamos o fator de motivação para estimulá-los no cumprimento da mesma, e isso é extremamente pertinente porque “trabalha diretamente com a superação do aluno com deficiência, ajudando na aprendizagem e desenvolvimento de habilidades específicas, essa superação mostra que o deficiente tem o seu espaço, apesar da sua deficiência” (REZENDE *apud*, AMORIM *et al*, 2016).

Em uma aula em que trabalhamos o equilíbrio, Carol mostrou-se bem empolgada. O entusiasmo dela era tanto que ela tentava furar a fila para realizar a atividade. Alguns alunos mostraram-se zangados, pois ela não estava respeitando sua vez. Através do diálogo tentamos normalizar a situação. Apesar de nos sentirmos satisfeitos com tamanha vontade dela de estar realizando a atividade, mesmo com suas dificuldades, não queríamos que as outras crianças pensassem que ela estava sendo “protegida” pelos professores por apresentar uma condição de deficiência, até pelo fato de que queríamos que as outras crianças vissem ela como uma aluna igual as demais. Promover a igualdade é um fator de inclusão.

Em determinados momentos as outras crianças mostraram-se incomodadas com Carol. Alguns deles não queriam estabelecer contato físico com ela e a tratavam como indiferente. Quando percebíamos esse tipo de atitude parávamos o jogo e estabelecíamos um diálogo sobre esse tipo de comportamento. Muitas das vezes percebíamos que esse tipo de abordagem não surtia muito efeito, porque nem todos escutavam o que falávamos e, entre alguns alunos, essa situação se repetia. Desta forma, tentávamos através dos jogos possibilitar experiências

para desenvolver, dentre outros aspectos, a questão do afeto, do respeito, tentando melhorar o convívio entre os alunos, já que;

As aulas adaptadas têm como objetivo a participação de todos os alunos, sempre respeitando seus limites, e envolvendo jogos lúdicos e divertidos que vão estimular a criança a participar das atividades, possibilitando como experiências: trabalho em grupo, domínio do seu corpo, cooperação, solidariedade e respeito, com isso melhorando o convívio entre o aluno com paralisia cerebral aos demais alunos (DUARTE e WERNER, *apud* AMORIM, 1995, p.2).

Ao mesmo tempo que tentávamos incluir a todos nos jogos, tentávamos desenvolver atitudes que fortalecesse os laços afetivos para que o processo de inclusão se desse de forma total, envolvendo os vários aspectos do convívio social, desde valores a demonstração desses por meio das ações.

Carol sempre participou das atividades propostas, mostrando ou não dificuldade. Era nas horas de dificuldades que entrava a percepção do professor. Como exemplo, realizamos um jogo competitivo e, em um determinado momento, numa variação deste, um aluno disputava na velocidade com outro para ver qual conseguiria juntar mais bolinhas de papel. Em uma situação desse tipo, Carol sempre levava desvantagem, pois a sua coordenação motora era um pouco comprometida e influenciava na sua capacidade de correr. Mesmo assim ela participava, mais sempre perdia. Percebemos isso e decidimos acrescentar uma outra tarefa a ela. Além de continuar no jogo, ela agora era responsável por nos ajudar a contar as bolinhas que eram juntadas, desta forma a sua participação era mais efetiva e não mais parcial como no primeiro momento. Além disso, Carol era estimulada a dividir a sua tarefa com os outros alunos que queriam realizar a contagem. Em determinado momento a interação entre todos foi tão contagiante que enquanto Carol lançava as bolinhas os demais alunos faziam a contagem.

Essas atitudes enquanto professor vão ao encontro com aquilo que os PCN's (BRASIL, 1998) sugerem e orientam, quando dizem que devemos apresentar soluções para cada limitação ou dificuldade que venha a aparecer dentro da atividade proposta, especialmente se considerarmos os alunos com deficiência.

É importante citarmos o apoio da escola no auxílio nesse processo de inclusão, até por que normalmente se enfrenta o problema da instituição não está preparada para atender esse tipo de aluno, o que gera uma exclusão dele no ensino regular;

O problema para trazer um aluno com deficiência no ensino regular, precisa saber se a escola está preparada para receber esse aluno com deficiência, muitas vezes a escola simplesmente entrega esse aluno para o professor, e não fornece condição adequada para o professor trabalhar com essa criança, a escola não disponibiliza materiais, ambiente adequado, acessibilidade e conhecimento da deficiência do aluno (BUENO, RESA, 1995).

Esse não foi um problema encontrado por nós, já que a escola estabelecia um acompanhamento especial com Carol, oferecendo tempo, material e espaço adequado. Duas vezes por semana Carol tinha um acompanhamento com na sala de recursos multifuncional com a profissional da (AEE).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.

Levando em consideração o referencial apresentado e discutido, podemos dizer que a prática apresentada no decorrer desse processo de estágio convergiu com o que é apresentado nessas discussões, principalmente porque considerou os princípios de inclusão para portadores de necessidades educacionais especiais.

Como foi perceptível nas aulas, através das experiências relatadas no decorrer do desenvolvimento do estágio, atendemos as dificuldades do aluno deficiente de forma satisfatória, permitindo sua participação através da adequação das atividades, sempre que necessário, além de não deixar de lado as necessidades educacionais dos outros alunos.

Mesmo diante do fato de se fazer ausente, até o presente momento em meu currículo, de ter estudado uma disciplina acadêmica que nos prepare para essas situações, o que é algo fundamental para o exercício docente, no nosso entender foi possível desenvolver um trabalho decente que atendesse as peculiaridades da criança com necessidades educativas especiais.

E importante destacarmos o fato que a aluna em questão apresenta um quadro leve de PC, não tendo tamanhas assim as suas dificuldades na realização dos movimentos exigidos na prática, o que, talvez, seja um dos motivos que tenham facilitado as ações realizadas e o êxito alcançado nessa vivência no estágio. Mesmo considerando esse aspecto, boa parte da ação docente se mostrou coerente com as orientações dos principais referenciais estudados.

Por esse aspecto, é pertinente que outros estudos desse tipo devam vir a se desenvolver, de preferência envolvendo alunos com um maior grau de deficiência. Mais e mais acesso a saberes e vivências nessa área precisa existir, de modo a ir-se construindo, passo a passo, uma prática pedagógica pautada na inclusão, o que é essencial para realização de uma educação de qualidade.

REFERENCIAS.

AMORIN, Alisson Davino Alves de. A inclusão de crianças com Paralisia Cerebral na escola. **Revista gestão universitária**. CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO BRASILEIRO – UNIÍTALO/ 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (5º a 8º séries)**. Educação Física / Brasília- MEC /SEF, 1998.

BRASIL. **Projeto Escola Viva** - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais: Adaptações curriculares de grande porte – 5. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton e MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**. Contribuições ao professor do ensino regular. Paranaíba 2008/2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LEITE, Jaqueline Maria Resende Silveira, PRADO, Gilmar Fernandes do. Paralisia cerebral Aspectos Fisioterapêuticos e Clínicos. **Neurociência**. São Paulo/RNC.2004.

MASI, I. **Deficiente Visual: Educação e Reabilitação**. MEC/SEESP. Programa Nacional de apoio à Educação de Deficientes Visuais, 2002. Disponível em <http://deficienciavisual.com.sapo.pt/txt-deficientevisualeducacao_e_reabilitacao.htm> Acesso em 24/10/2017.